



Ata da Sessão Plenária Extraordinária nº 05 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em trinta e um de julho do ano de dois mil e quinze, na Sala Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas e sete minutos do dia trinta e um de julho de dois mil e quinze, na Sala
2 Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, em Florianópolis – SC,
3 reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em
4 Sessão Extraordinária número cinco. Presente o Presidente em Exercício do CAU/SC, Arquiteto
5 e Urbanista **GIOVANI BONETTI**, os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas
6 **CARLOS ALBERTO BARBOSA DE SOUZA, CÉLIO LUIZ DAMO, CHRISTIAN KRAMBECK,**
7 **EVERSON MARTINS, LEONARDO HENRIQUE DANTAS, NORBERTO ZANIBONI, RODRIGO**
8 **KIRCK RÊBELO, SÉRGIO OLIVA e SILVIA RIBEIRO LENZI**, os Suplentes de Conselheiros
9 **MARCELO MANNRICH e THIAGO BORGES MENDES**, os Arquitetos e Urbanistas membros do
10 CEAU/SC **ANA LUIZA TRINDADE TREVISAN**, representante do Núcleo ABAP/SC, **ANA PAULA**
11 **FOGAÇA**, representante da AREA/TB, **DIEGO MINKS ROSSI FERMO**, representante do SASC,
12 **TATIANA FILOMENO**, representante da ACEA e **RAFAEL FORNARI CARNEIRO**,
13 representante do IAB/SC, os Arquitetos e Urbanistas **EDUARDO DOMINGOS FOGAÇA**,
14 representante suplente da AREA/TB no CEAU/SC, **FERNANDA SIMON**, presidente do SASC e
15 representante suplente da entidade no CEAU/SC e **MAURÍCIO ANDRIANI**, presidente da
16 ACEARQ, as Assessoras de Imprensa **JOSIANE TEIXEIRA MACIEL e SARA ISABEL VIEIRA**
17 **CAPRARIO DE OLIVEIRA**, os empregados do CAU/SC, o Assessor Especial **RICARDO DE**
18 **FREITAS**, o Gerente Geral **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, a Gerente Técnico **FERNANDA MARIA**
19 **MENEZES**, a Procuradora **ISABEL LEONETTI**, a Assessora Jurídico **MANUELA CAVALLAZZI**, o
20 Assistente de Comissões **LUIS ANTÔNIO NUNES** e as **Secretárias TATIANA MOREIRA FERES**
21 **DE MELO e BRUNA PORTO MARTINS**. Ressalta-se ausência justificada dos Conselheiros
22 Estaduais **ADEMIR LUIZ BOGONI, KÁTIA CRISTINA LOPES DE PAULA e THAELYS VARASCHIN**
23 **OLSEN**, e dos Conselheiros Federais **RICARDO MARTINS FONSECA e RONALDO DE LIMA**. Após
24 a verificação e constatação da existência de quórum, o Presidente agradeceu a presença de
25 todos, lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se identificar antes de qualquer
26 contribuição. Em seguida apresentou a **pauta** da reunião, excluindo do item 2. Apresentação e
27 votação, o item A) Proposta de Deliberação Plenária n.º 001/2015, da Comissão Temporária de
28 Políticas Urbanas do CAU/SC, que Disciplina a Representação do CAU/SC, no âmbito da
29 CTPU/SC, por não ter sido aprovada pela CCAA, e incluindo os itens B) Minuta de Deliberação
30 Plenária relativa à regulamentação do exercício do direito ao desagravo público e C) Texto final
31 da CEP-CAU/SC sobre a venda de projetos pela internet, que servirá de posicionamento oficial
32 do CAU/SC. Solicitou ainda que, para melhor fluidez da reunião, o item 2 fosse votado antes da
33 discussão do item 1, sobre reserva técnica. Encaminhada para votação a pauta foi aprovada
34 com os votos favoráveis dos conselheiros Leonardo, Norberto, Carlos, Sérgio, Christian, Thiago,
35 Rodrigo, Célio Marcelo, Silvia, e Emerson. No item **2. Apresentação e votação, item B) Minuta**
36 **de Deliberação Plenária relativa à regulamentação do exercício do direito ao desagravo**
37 **público**, a Procuradora Isabel apresentou a minuta, com a inclusão de texto solicitado na
38 plenária anterior, que foi aprovada por unanimidade com os votos dos conselheiros Everson,
39 Silvia, Marcelo, Célio, Rodrigo, Thiago, Christian, Sérgio, Carlos, Norberto e Leonardo. No item
40 **C) Texto final da CEP-CAU/SC sobre a venda de projetos pela internet, que servirá de**
41 **posicionamento oficial do CAU/SC**, o Presidente apresentou o documento final, com as
42 alterações realizadas de acordo com a última reunião da CEP-CAU/SC, encaminhando-o para
43 votação. O texto foi aprovado por unanimidade com os votos dos conselheiros Everson, Silvia,
44 Marcelo, Célio, Rodrigo, Thiago, Christian, Sérgio, Carlos, Norberto e Leonardo. O Presidente



45 abriu um espaço para que, em nome do Presidente Luiz Alberto, o Gerente Jaime lesse um texto
46 encaminhado por ele: *“Colegas de CAU, ao findar minha licença da presidência, gostaria de*
47 *agradecer a todos os funcionários e Conselheiros do CAU pela compreensão e trabalho redobrado*
48 *durante esse período. Farei isto pessoalmente a partir da semana que vem, mas aproveito a*
49 *plenária de hoje para antecipar o meu sincero agradecimento. Em especial, ao colega Giovanni*
50 *Bonetti, que junto com os demais conselheiros conduziu com extremo profissionalismo a direção*
51 *do nosso Conselho. Um forte abraço a todos”*. No item **1. Discussão sobre o posicionamento,**
52 **alinhamento e definição de encaminhamentos a respeito do tema Reserva Técnica,** o
53 presidente explicou que a discussão estaria aberta a todos os presentes, enfatizando a
54 importância desse debate e explicando que seriam dois minutos, mais um, para cada
55 manifestação. Relatou que foram solicitadas ao CAU/BR as informações da pesquisa realizada
56 que serviu de base para a elaboração da campanha sobre Reserva Técnica (RT), que essas
57 informações foram retidas nesse primeiro momento, e que o CAU/SC não teve acesso aos
58 dados coletados, conforme solicitado. Ressaltou que de acordo com o relato do Conselheiro
59 Federal Ronaldo, na reunião plenária do CAU/BR, haviam outros estados que acreditavam que
60 a campanha nesse formato poderia trazer reflexos negativos para os profissionais, perante a
61 sociedade. O Conselheiro Marcelo, que esteve presente no Seminário de Ética onde a campanha
62 “Reserva Técnica, tire essa mancha do trabalho dos arquitetos” foi apresentada, fez a
63 apresentação do material apresentado naquele momento, explicando que o projeto é dividido
64 em três etapas: discussão com os arquitetos, busca de solução junto aos atores do setor e alerta
65 à sociedade. Lembrou que conforme discussão nas plenárias anteriores, o CAU/SC se
66 posicionou contrário ao formato da campanha apresentado pelo CAU/BR, salientando que o
67 CAU/SC é contra a RT, e que apenas não concorda com o modelo de campanha apresentado. A
68 Conselheira Silvia, que esteve presente no Segundo Seminário de Ética em Goiânia, relatou que
69 inicialmente houve uma interpretação errada do posicionamento do CAU/SC, e que na
70 oportunidade ela se manifestou ressaltando que Santa Catarina não é contra o enfrentamento
71 da RT, mas que o Conselho desse estado apenas não apoia o formato da campanha, e que julga
72 que existem questões mais importantes a serem abordadas com essa amplitude, nesse
73 momento. Disse que esse problema não deve ser exposto dessa maneira para a sociedade,
74 marginalizando a classe como um todo, enfatizando a importância do CAU/SC definir sua
75 estratégia para essa abordagem. A Assessora Jurídica Manuela apresentou o tratamento e as
76 sanções da RT na lei nº 12.378 e no Código de Ética, além de apresentar um Projeto de Lei,
77 apoiado pelo CAU/BR, que tipifica a conduta de corrupção no setor privado. O Presidente
78 enfatizou que a RT não é ilegal perante a lei, mas é imoral. Em seguida abriu a reunião para as
79 manifestações. O Conselheiro Marcelo citou a carta de repúdio do CAU/SC ao formato da
80 campanha do CAU/BR, explicando que é uma campanha agressiva, que expõe o arquiteto que
81 trabalha corretamente, abrindo espaço para um julgamento público do profissional, e enfatizou
82 que existem questões mais importantes a serem tratadas nesse momento. O Conselheiro
83 Christian disse que é claro que todos são contra a RT, e que se preocupa com a falta de visão
84 contemporânea, com a desestrutura e a falta de estratégia e discussão na campanha
85 apresentada, em um modelo ultrapassado e impositivo. Citou que dessa forma, a primeira
86 campanha do CAU de grande alcance seria uma briga entre arquitetos, e relatou que se assusta
87 com essa forma de agir e pensar. Questionou como o CAU/SC poderia resolver a questão de
88 forma sustentável e efetiva. O Conselheiro Leonardo sugeriu tratar no âmbito da relação
89 arquiteto-fornecedor no primeiro momento. A Presidente Tatiana relatou a AsBEA aguarda
90 uma manifestação orientativa quanto ao tema, ressaltou que muitos lojistas buscam regras e
91 que julga que o problema dessa campanha é colocar todos os arquitetos no mesmo patamar.
92 Lembrou que os profissionais são obrigados a cumprir o Código de Ética e sugeriu como
93 alternativa, tornar a RT uma prática não obscura, através da criação de uma nota fiscal,
94 legalizando e transparecendo essa complementação de honorários. Salientou a importância de
95 um posicionamento oficial a ser repassado aos profissionais, lojistas e núcleos. O Conselheiro
96 Norberto salientou a importância de escutar a experiência das entidades presentes, e do
97 CAU/SC oficial seu posicionamento antes do lançamento da campanha do CAU/BR, disse que



98 em sua opinião a campanha é desastrosa e de extremo mau gosto por nivelar por baixo todos
99 os arquitetos, além de ampliar um problema para a sociedade, que muitas vezes nem tem
100 conhecimento dessa prática. Ressaltou que essa campanha pode prejudicar o conceito da
101 profissão perante a sociedade, se divulgada conforme proposto pelo CAU/BR. Sugeriu que
102 houvesse uma discussão sobre o tema com os lojistas. O Conselheiro Célio questionou qual a
103 origem dos dados da pesquisa que serviram de base para a campanha do CAU/BR, e falou que
104 pessoalmente acha a RT uma desonestidade, mas disse que essa campanha marginaliza todos
105 os arquitetos. Corroborou com a ideia da alternativa de legalizar a RT. Enfatizou a
106 importância de conversar com a base, os profissionais, as escolas, os alunos. O Presidente
107 ressaltou a importância de se antecipar e disseminar o posicionamento do CAU/SC antes do
108 lançamento da campanha do CAU/BR. Disse que a RT gera uma forma desleal de concorrência,
109 que tanto os profissionais, como os lojistas se tornam reféns dessa prática. Sugeriu que o
110 processo seja discutido, em determinado momento, juntamente com os lojistas. O Conselheiro
111 Thiago lembrou a importância de resgatar o arquiteto de fato, que faz obras e projetos, não
112 aquele que busca vendas. O Conselheiro Everson fez uma reflexão questionando para quem é a
113 arquitetura e, sendo para a sociedade, sugeriu que a abordagem fosse feita na relação do
114 arquiteto com o cliente e não com o lojista. O Conselheiro Sérgio concordou dizendo não deve
115 ser tratado com o lojista, e que o tema deve ser discutido com o cliente, pois é ele quem
116 contrata e deposita a confiança no arquiteto. Enfatizou a importância de cobrar a tabela de
117 honorários mínimos, valorizando assim o profissional, fazendo com que ele não precise de uma
118 complementação de honorários através da RT. A Presidente Fernanda, disse que a cobrança da
119 RT é uma desvalorização profissional, e que é de extrema importância a realização de
120 campanhas educativas voltadas para os arquitetos, não para os lojistas nem para os clientes, e
121 que deve ser explicado aos profissionais a razão da RT ser imoral e antiética. Sugeriu que a
122 campanha do CAU/BR fosse uma campanha para os profissionais, e que para a sociedade fosse
123 feito outro modelo de campanha, mais brando, evitando que a imagem da classe seja denegrida,
124 mas disse que acha que é importante que a sociedade tenha conhecimento do que é a RT.
125 Aproveitou a oportunidade para convidar todos os presentes a participar no dia seis de agosto,
126 às dezenove horas, no CIC, de um debate sobre o tema, realizado pelo SASC. O Conselheiro
127 Leonardo disse que infelizmente toda a sociedade também está permeada por práticas como
128 essas e que a solução para todos esses problemas seria a profissionalização da arquitetura,
129 para que assim, desde a escola a pessoa entenda que a RT não é o caminho correto, sem ser
130 necessária a proibição. O Conselheiro Christian disse que é importante apresentar propostas
131 concretas, e sugeriu que fosse incentivada a obra por administração, onde no contrato constam
132 todos os detalhes do que o arquiteto receberá, sugeriu que fosse feito o envio aos fornecedores
133 e núcleos de uma carta falando sobre o tema e apresentando o Código de Ética, que a campanha
134 do CAU/BR seja enviada por mailing apenas para os arquitetos, e que seja feita uma campanha
135 mais simples e objetiva para a sociedade. O Presidente esclareceu que foram oficiados todos os
136 núcleos de Santa Catarina, no formato sugerido, mas que isso é pouco, é necessário um
137 conjunto de ações. O Conselheiro Marcelo relatou uma experiência desagradável que vivenciou,
138 em função do hábito cobrança de RT por outros arquitetos, e orientou que deve se ter cuidado
139 ao estimular a administração de obras, uma vez que essa prática requer bastantes
140 responsabilidades, que é necessário bastante orientação para fazê-lo. O Conselheiro Norberto
141 disse que administração de obra é honorário, muito diferente de RT, que é propina. A
142 Presidente Tatiana disse que muitas vezes não é o caso de administração de obras, é o caso de
143 especificação, e que isso deveria ser cobrado como um serviço, ir até a loja para especificar,
144 através da hora técnica. O Conselheiro Cristian explicou que sugeriu a administração de obras
145 não como substituto da RT, mas como um dos vetores para o objetivo a ser traçado. A
146 Conselheira Silvia sugeriu que o CAU/SC se antecipe para ser uma referência de
147 posicionamento contrário à RT, sem ser no formato agressivo apresentado pelo CAU/BR.
148 Salientou que RT não é bom para o arquiteto, para o lojista, nem para o cliente e que deve ser
149 combatido. O Presidente disse que RT é imoral e é propina, mas que isso não quer dizer que
150 quem pratica é bandido. Mas também disse que não se podem criar subterfúgios em função da



151 RT. Explicou que o contratante deve pagar para quem realiza o trabalho, e que o trabalho do
152 arquiteto é para o cliente e que deve ser pago pelo cliente, não pelo lojista. Relatou que a cadeia
153 lojista criou uma dinâmica que até o próprio lojista é refém da RT. A Presidente Tatiana disse
154 que acha importante que a discussão do tema seja feita com os lojistas também, mas lembrou
155 de que o Código de Ética é para o profissional. O Presidente esclareceu que o lojista é apenas
156 parte da solução. O Conselheiro Everson fez um relato de que em umas lojas que ele conheceu,
157 quando sabiam que ele era arquiteto, a primeira fala para aproximação era oferecendo
158 benefícios através da RT. O Presidente e o Conselheiro Norberto fizeram relatos de casos de
159 RT. O Conselheiro Norberto ainda lembrou que o CAU tem um compromisso com os
160 profissionais, mas que deve principalmente se voltar para a sociedade. A Presidente Fernanda
161 concorda que tem que abordar a questão com os lojistas, mas alertou que eles tem o contato
162 com os profissionais, e que talvez essa abordagem não seja muito eficaz. Salientou que a
163 educação do profissional deve ser o ponto principal. O Conselheiro Rodrigo enfatizou que em
164 paralelo com essas ações, deve ocorrer uma campanha da valorização profissional. O
165 Presidente encerrou os debates e abriu um momento para as propostas e encaminhamentos,
166 informando que a Ana Luiza da ABAP precisou se ausentar da reunião. O Conselheiro Sérgio
167 sugeriu a realização de eventos regionais para discussão sobre o tema. O Arquiteto Rafael se
168 manifestou enfatizando que o IAB/SC é totalmente contra a RT, que é uma prática que envolve
169 muito mais que a relação profissional-lojista, afirmando que é uma questão de sociedade. A
170 Arquiteta Ana Paula disse, como representante das entidades mistas, não houve uma discussão
171 sobre o tema entre estas, mas que o que se ouve quando a RT é praticada, é que é para
172 complementação de honorários. Informou que com relação aos associados, as opiniões não
173 convergem e por esse motivo a associação não tem uma opinião oficial até o momento. O
174 Conselheiro Christian sugeriu propostas baseadas nos três eixos principais (Código de ética,
175 Salário Mínimo Profissional e Tabela de Honorários) para que agreguem ou complementem as
176 ações: 1. Estabelecer um canal de comunicação permanente com fornecedores e núcleos de
177 decoração construindo uma solução ética, sustentável e transparente; e que estes direcionem
178 seus recursos de toda ordem para a promoção da arquitetura (concurso de arquitetura,
179 qualificação e divulgação técnica, promoção de eventos culturais e exposições, debates, visitas
180 técnicas de arquitetura, etc.), deixando claro que a prática atual é antiética e ilegal; 2.
181 Redirecionar a atual campanha do CAU/BR exclusivamente para os profissionais, no âmbito
182 interno da profissão. Ao mesmo tempo promover uma campanha externa mais objetiva e
183 pedagógica, não considerando os arquitetos como "bandidos" ou coisa parecida e focando no
184 fato de que "a RT é uma condição questionável e antiética que não é bom para ninguém"; 3.
185 Estimular e informar a realização de serviços nesse formato através de execução de obras por
186 administração (com clareza do objeto, das responsabilidades, forma de remuneração, etc.); 4.
187 Fiscalização e papel de polícia: deixar claro na estratégia que o segundo passo ou etapa, será a
188 fiscalização mais ostensiva, ou seja, que seja construída uma solução efetiva e sustentável a
189 curto e médio prazo e depois quem não entrar na rede e essa construção coletiva, será punido
190 posteriormente; 5. Incluir no seminário de ético em novembro de dois mil e quinze esse tema e
191 conectá-lo ao "CAU Uma Nova Disciplina". Reforçou a importância de se criar indicadores para
192 acompanhar a mudança de cenário e evolução da situação atual, além de um diagnóstico
193 próprio da situação em Santa Catarina. A Conselheira Silvia questionou qual será a postura do
194 CAU/SC quando surgirem denúncias referentes à Reserva Técnica, com o lançamento da
195 campanha do CAU/BR. A Analista Manuela explicou que a princípio o código de ética deve ser
196 cumprido. A Conselheira Silvia salientou que, mesmo que o CAU/SC não venha a aderir à
197 campanha do CAU/BR, se em função dela desencadearem denúncias de RT, o CAU/SC terá que
198 aplicar as devidas sanções. O Conselheiro Norberto levantou uma dúvida com relação ao
199 posicionamento da categoria, se os arquitetos estarão de acordo com o posicionamento do
200 plenário. Disse que é importante que o CAU/SC esteja preparado para diversas reações. O
201 Presidente ressaltou que o CAU tem função de orientar, que deve ser criada uma dinâmica para
202 trazer todos os atores dessa prática para encontrar uma solução, e que o importante é
203 encontrar o formato correto. O Presidente sugeriu o Conselheiro Marcelo para articular esse



204 processo. O Conselheiro Norberto sugeriu que o Conselheiro Giovani participasse desse projeto
205 também. A Conselheira Silvia sugeriu um grupo de trabalho formado pelos conselheiros
206 Giovani, Marcelo e Norberto. A Presidente Fernanda sugeriu que esse grupo se apoie sempre
207 no tripé Código de ética, Salário Mínimo Profissional e Tabela de Honorários, e que sejam
208 estabelecidas metas e prazos para seus trabalhos, através de um calendário de ações. O
209 Conselheiro Norberto sugeriu a construção de uma rede de lojas eticamente corretas, que
210 comercializassem dentro de determinados princípios considerados o melhor para clientes,
211 profissionais e lojistas. O Conselheiro Christian sugeriu a realização de uma pesquisa para
212 embasar as decisões do CAU/SC. O Presidente sugeriu que o grupo de trabalho trabalhasse
213 conjuntamente com o CEAU/SC, realizasse inicialmente uma reunião com os núcleos, para que
214 num segundo momento fosse feita uma ação com os arquitetos, podendo ser no formato de
215 pesquisa. O Presidente encaminhou para votação a ampliação da reunião por mais uma hora. A
216 ampliação foi aprovada com os votos dos conselheiros Leonardo, Norberto, Carlos, Sérgio,
217 Christian, Thiago, Silvia, Rodrigo, Marcelo, Célio e Everson. O Conselheiro Sérgio manifestou
218 sua preocupação quanto à criação de rede de lojas eticamente corretas, uma vez que não cabe
219 ao Conselho dar selo de boas práticas a nenhum estabelecimento. O Conselheiro Marcelo
220 corroborou com essa ideia e disse que uma boa alternativa poderia ser conhecer experiências
221 de outros países para possíveis aplicações em Santa Catarina. A Conselheira Silvia salientou a
222 importância do grupo de trabalho trabalhar junto ao CEAU/SC. O Presidente disse que é
223 importante a participação da CED também. A Conselheira Silvia enfatizou a importância de
224 comunicar os procedimentos do CAU/SC ao CAU/BR. O Conselheiro Leonardo salientou que é
225 importante que no início do trabalho seja feita uma pesquisa para embasar todas as ações. O
226 Conselheiro Norberto disse que poderia ser sugerido ao CAU/BR que sua campanha seja
227 direcionada apenas aos profissionais. O Presidente disse que o CAU/SC deve formular uma
228 resposta para os profissionais, dizendo que Santa Catarina está atenta ao que está ocorrendo e
229 listar as ações que estão sendo realizadas no estado. O Presidente abriu para votação o
230 primeiro bloco de encaminhamentos: 1. Criação do Grupo de Trabalho para discussão da
231 Reserva Técnica no CAU/SC; 2. Composição do Grupo de Trabalho para discussão da Reserva
232 Técnica no CAU/SC: Giovani Bonetti, Marcelo Mannrich, Norberto Zaniboni; 3. Realização de
233 reuniões do Grupo de Trabalho para discussão da Reserva Técnica no CAU/SC para repasse dos
234 encaminhamentos, com o CEAU/SC e CED-CAU/SC, e posterior homologação plenária; 4. Que o
235 Grupo de Trabalho para discussão da Reserva Técnica no CAU/SC trabalhe com base nas
236 sugestões da 5ª Plenária Extraordinária do CAU/SC; 5. Encaminhamento de ofício ao CAU/BR
237 comunicando os procedimentos que serão tomados pelo CAU/SC com relação à Campanha
238 Reserva Técnica. Os encaminhamentos foram aprovados com os votos dos Conselheiros
239 Everson, Célio, Rodrigo, Marcelo, Silvia, Thiago, Sérgio, Carlos, Norberto, Leonardo e Christian.
240 O Conselheiro Carlos lembrou a importância do CAU/SC se antecipar e divulgar suas ações. O
241 Presidente abriu para votação o segundo bloco de encaminhamentos, referente à manifestação
242 do CAU/SC frente à RT: 1. Sugerir ao CAU/BR o redirecionamento da atual campanha do
243 CAU/BR exclusivamente para os profissionais, no âmbito interno da profissão; 2. Sugerir ao
244 CAU/BR promover uma campanha externa mais leve, pedagógica e objetiva; 3. Informar ao
245 CAU/BR, e outros entes que se fizerem necessários, sobre os procedimentos que o CAU/SC
246 deliberou para discussão da Reserva Técnica no âmbito estadual; 4. Solicitar à CTC-CAU/SC a
247 elaboração de estratégia de comunicação para a divulgação imediata da manifestação do
248 CAU/SC sobre Reserva Técnica; 5. Utilizar a rede de entidades do CEAU/SC para divulgação
249 dessa manifestação. Os encaminhamentos foram aprovados com os votos dos Conselheiros
250 Everson, Célio, Rodrigo, Marcelo, Silvia, Thiago, Christian, Sérgio, Carlos, Norberto e Leonardo.
251 O Presidente citou os itens mais importantes citados durante a reunião, para que sirvam de
252 base para os trabalhos da comissão: a realização de eventos regionais promovendo discussão
253 entre profissionais, sobre Reserva Técnica e Tabela de Honorários; Que o tema Reserva
254 Técnica seja incluído no Seminário de Ético em novembro de dois mil e quinze; Que o CAU/SC
255 deixe claro na estratégia que o segundo passo ou etapa, será a fiscalização mais ostensiva, ou
256 seja, construção de uma solução efetiva e sustentável a curto e médio prazo e depois quem não



257 entrar na rede e essa construção coletiva, será punido posteriormente; Que o Grupo de
258 Trabalho para discussão da Reserva Técnica no CAU/SC seja baseado em orientar, disciplinar e
259 fiscalizar, com metas e prazos, iniciando com diálogo, orientação e cursos; A criação de rede de
260 lojas eticamente corretas; A realização de ação com os arquitetos e sociedade em formato de
261 pesquisa; O estabelecimento de um canal de comunicação permanente com fornecedores e
262 núcleos de decoração construindo uma solução ética, sustentável e transparente; e que estes
263 direcionem seus recursos de toda ordem para a promoção de concurso de arquitetura,
264 qualificação e divulgação técnica, promoção de eventos culturais e exposições, debates, visitas
265 técnicas de arquitetura, etc., deixando claro que a prática atual é antiética e ilegal; Que seja
266 estimulado e informado sobre a realização de serviços nesse formato através de execução de
267 obras por administração. O Presidente lembrou que esta foi sua última plenária no exercício da
268 presidência e convidou todos para um jantar para celebrar os últimos seis meses em que
269 esteve cargo, disse que foi um período muito enriquecedor e uma oportunidade muito
270 importante e desafiadora. Agradeceu a todos os conselheiros e funcionários, disse que está
271 muito satisfeito e que é muito gratificante fazer parte desse grupo. Não havendo mais nada a
272 tratar, o Presidente Giovani Bonetti declarou encerrada a Quinta Reunião Plenária
273 Extraordinária do CAU/SC, às dezoito horas e trinta e três minutos. Para constar, eu, Tatiana
274 Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em
275 todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros
276 presentes, para que reproduza os efeitos legais.

Giovani Bonetti
Presidente em Exercício do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária do CAU/SC

Everson Martins
Conselheiro do CAU/SC

Christian Krambeck
Conselheiro do CAU/SC

Leonardo Henrique Dantas
Conselheiro do CAU/SC

Célio Luiz Damo
Conselheiro do CAU/SC

Sérgio Oliva
Conselheiro do CAU/SC

Rodrigo Kirck Rebêlo
Conselheiro do CAU/SC

Carlos Alberto Barbosa de Souza
Conselheiro do CAU/SC

Norberto Zaniboni
Conselheiro do CAU/SC



Silvia Ribeiro Lenzi
Conselheira do CAU/SC

Marcelo Mannrich
Suplente de Conselheiro do CAU/SC

Thiago Borges Mendes
Suplente de Conselheiro do CAU/SC